



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE TURISMO RURAL E RURALIDADES
XII CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL
III CONGRESSO BRASILEIRO DA GUERRA DO CONTESTADO
XXXVII SEMANA DE GEOGRAFIA DA UEL
"TEMPOS DE MUITO PASTO E POUCO RASTRO" NO MEIO RURAL

03 a 05 de novembro de 2021

A CAFEICULTURA ORGÂNICA COMO OPÇÃO DE RENDA E PERSPECTIVA DE SUCESSÃO GERACIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE POÇO FUNDO-MG

Thaís de Cássia Silva Lemos¹
Flamarion Dutra Alves²

RESUMO: As transformações no campo levaram ao êxodo rural, que é constante pela falta de políticas públicas e concentração fundiária, afetando diretamente na permanência dos agricultores no campo. Os jovens são os que migram com maior frequência do ambiente rural, responsáveis pelo despovoamento rural, a ausência dos jovens rurais, tem comprometido a sucessão geracional e a reprodução social da agricultura familiar no campo. As relações que os mesmos enfrentam nos espaços rurais, são os mesmos que comprometem a permanência ou saída dos mesmos do campo. Esse trabalho procura compreender a cafeicultura no município de Poço Fundo-MG, com destaque a produção orgânica e como pode-se se tornar uma opção viável para a permanência dos jovens agricultores no campo, sobretudo na produção cafeeira. A renda é um dos fatores que comprometem a permanência dos jovens no campo, onde os mesmos obtiveram renda a perspectiva de permanência se torna viável, diante disso a produção cafeeira orgânica realizada no município, possui importante influencia na permanência, visto que a produção cafeeira é de baixo custo e com valorização no produto final, com valores comerciais superiores em relação ao convencional. Que tem gerado bons frutos para os produtores e para cooperativa local COOPFAM.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude Rural; Produção Familiar; Produção Orgânica

INTRODUÇÃO

As transformações ocorrentes no campo e a valorização dos espaços urbanos, levou ao crescente êxodo rural, deixando os mesmos mais despovoados e abrindo espaços para as empresas agroindustriais e para ampliação dos latifúndios. Os jovens e as mulheres são os principais a saírem do campo, possuindo diversos motivos, entre eles a desvalorização e invisibilidade das atividades por eles desenvolvidos no espaço agrário.

¹ Mestranda em Geografia, na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: thaisdecassiasilvalemos19@gmail.com

² Professor Doutor em Geografia, na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: flamarion.dutra@unifal-mg.edu.br



A não permanência dos jovens no campo, tem dificultado a sucessão geracional e da reprodução social. A preocupação em relação a sucessão geracional e assim a reprodução da agricultura familiar, já é discussão nos países capitalistas em muitas décadas, porém no Brasil, esse processo demorou um pouco, ocorrendo apenas no final dos anos de 1980 (BOSCARDIN; CONTERATO, 2017). Abramovay *et. al* (1998) retratam que até 1960 a agricultura familiar produzia a nova geração de agricultores, pois os filhos dos agricultores seriam agricultores. Assim a sucessão se dava pela transferência da propriedade para o filho. Para Brumer (2007), no Brasil a sucessão ocorre pelos agricultores familiares, pois são os mesmos que geram seus sucessores.

A migração dos jovens para os espaços urbanos, tem instigado pesquisas, para a compreensão dos motivos que tem levado os mesmos a saírem dos espaços rurais. A falta de oportunidades no campo, a dificuldade em acesso à terra, a dificuldade a renda nas atividades agrícolas e a ilusão de melhores condições nos espaços urbanos tem levado os mesmos a migrarem para os espaços urbanos. As jovens mulheres são as que saem com maior frequência, pois as mesmas não são consideradas como sucessoras. Essas características tem levado ao um êxodo rural seletivo, de idade e de gênero, que tem deixado campo masculinizado e envelhecido.

As autoras Spanevello *et. al* (2016), abordam que a falta de reconhecimento da família; ausência de remuneração financeira; não participação dos jovens nas tomadas de decisões e recursos e o apreço o modo de vida nos espaços urbanos, são fatores que também influenciam na saída dos jovens do campo. A juventude possui seus anseios e suas próprias vontades, que são delimitadas a partir de seus interesses e das relações presentes dos jovens no espaço onde estão inseridos. Assim a opção de ser sucessor e permanecer no campo, possui várias dinâmicas, seja por suas vontades, oportunidades e conflitos presentes no campo.



A renda é um dos importantes fatores que comprometem a permanência dos jovens no campo, pela não valorização de diversas atividades agrícolas e pela dificuldade de ter acesso a maquinários, insumos e entre outros, dificultam na permanência dos jovens no campo. Os mesmos não pretendem permanecer no campo, quando as atividades dos pais não possuem valorização de renda, os mesmos são instigados a migrarem para os espaços urbanos a procura de novas oportunidades, que são vistas como mais viáveis pelos jovens rurais. Onde os pais conseguem ter uma qualidade de vida, pela renda na produção a permanência se torna uma opção viável. Assim as relações presentes nos espaços onde o jovem está inserido será determinante para suas perspectivas.

Entre as produções que tem contribuindo para a permanência dos produtores no campo está o café, produção importante para a economia do país, especialmente nas regiões onde está inserido, como o caso do Sul de Minas Gerais, que a produção além de gerar renda, gera emprego em todos os seus setores, configurando em maior permanência dos produtores no campo e na produção. Com as configurações de mercado, tornou-se necessário uma ampliação na produção, surgindo os cafés especiais, entre eles o da produção orgânica, que possui menor custo do que a produção convencional, com valores mais elevados na comercialização. Mesmo que produzido em menor escala o valor comercial é elevado, garantindo maior qualidade de vida para os produtores.

A cafeicultura orgânica contribui para a permanência dos produtores no campo e na inserção dos mesmos no mercado externo, que valorizam as atividades com preço superior, pois os consumidores estão dispostos a pagar um valor mais agregado, por um produto de qualidade.

Diante disso o trabalho busca compreender a cafeicultura no município de Poço Fundo, sobretudo a produção orgânica, que torna-se um importante fator para a



permanência dos jovens agricultores, que possuem a renda como fator para sucessão geracional.

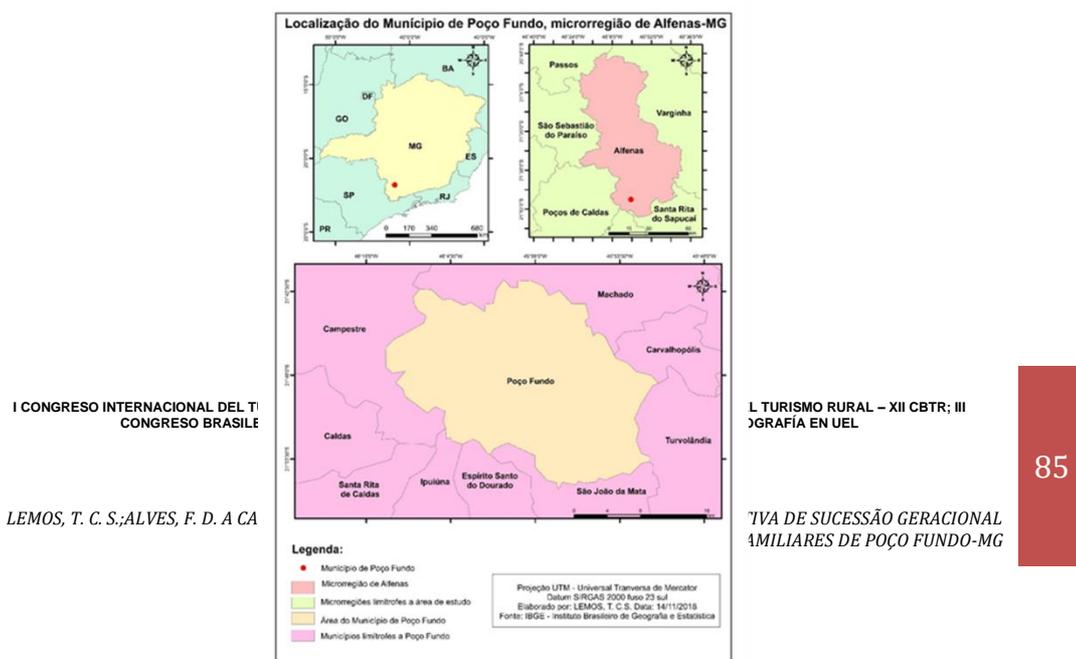
Esse trabalho corresponde a parte introdutória da dissertação, financiada pela CAPES, sobre a sucessão geracional e a cafeicultura orgânica dos cooperados da COOPFAM, no município de Poço Fundo, localizado no sul/sudoeste de Minas, que busca compreender os fatores que influenciam na permanência dos jovens agricultores no campo. Esse trabalho utiliza o fator renda, que é visto por muitos autores como determinante na tomada de decisão, porém vale apontar que não é única, todas as relações presentes onde o jovem está inserido podem interferir.

A metodologia utilizada para esse trabalho ocorreu pelo levantamento bibliográfico sobre sucessão geracional, cafeicultura, produção orgânica, entre outros que contribuíram para a introdução do tempo. No segundo momento a realização de pesquisa com dados secundários, afim de compreender o espaço agrário de Poço Fundo e a cafeicultura.

ÁREA DE ESTUDO

Para a pesquisa é necessário caracterizar a área na qual a pesquisa está inserida, nesse início do trabalho será destacado as características físicas, demográficas do município de Poço Fundo.

Figura 1 - Localização geográfica do município de Poço Fundo-MG.





Fonte: IBGE, Elaborado pelos autores.

O município de Poço Fundo está situado na microrregião de Alfenas, dentro da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas (Figura 1) com distância de 395 Km de Belo Horizonte e 266 km de São Paulo, no município passa a rodovia MG-179 que interliga Alfenas (50km) a Pouso Alegre (60km), duas cidades importantes na dinâmica populacional regional. O município faz divisa com os municípios de Machado, Espírito Santo do Dourado, São João da Mata, Carvalhópolis, Turvolândia, Campestre, Ipuiúna e Caldas.

A área do município de 474, 55 km² e possui um total de 15.961 habitantes, sendo que 9.285 (58%) residem na cidade e 6.679 (42%) no meio rural (IBGE, 2010).

Quanto ao clima, Poço Fundo se encontra em uma zona tropical temperado, com temperatura média de 22,6° C anual, com chuva no índice pluviométrico de 1592,7 mm, com chuva de forma bem distribuída (EMATER, 2006). O município de Poço Fundo situa-se na APA do Rio Machado e nessa área está o Ribeirão do Machadinho que corta o município:

[...]ocorrendo os **Compartimentos de Morrotes, Morros e Montanhas e Morros com Encostas Suaves**, onde se instala o ribeirão do Machadinho a 880m. Os vales passam a ser assimétricos e em “V”, sendo o rio Machado, o ribeirão Machadinho e o ribeirão Pinhalzinho - ambos tributários da margem direita do rio Machado - os principais níveis de base. Localizados nestes compartimentos estão os municípios de Poço Fundo e Machado (FERREIRA, et al., 2019, p.52).



Os autores salientam que a APA do Rio Machado apresenta uma geomorfologia diversificada, onde o relevo se dominam em conjuntos de morros, montanhas, morros com encostas suaves, morrotes, colinas e planícies, com em altitudes menores em torno de 730m, na planície do rio Machado e as maiores altitudes, em torno de 1480m. Pelo predomínio do relevo com altitudes elevadas, contribuí para a produção de agricultores familiares na cafeicultura, na qual os latifundiários se inserem nas áreas planas para a mecanização. Além da característica de produção familiar na região a altitude também contribuí para a produção de cafés especiais, pela relação do relevo e do clima na região, em relação aos cafés especiais Poço Fundo, possui importante destaque pela produção de cafés orgânicos e pela participação em concursos dos cooperados da COOPFAM.

SUCCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar possui importante papel na história brasileira, além de contribuir para o crescimento econômico, emprega milhares de trabalhadores rurais, também colabora para a permanência dos mesmos no campo. Porém mesmo com seu importante papel, tem enfrentado dificuldades em garantir a sucessão geracional. O êxodo continua frequente de forma diversificada nas regiões do país, de acordo com que o agro expande suas fronteiras, a vida no campo para os agricultores familiares torna-se mais difícil, pela falta de políticas públicas e dificuldades de inserir e permanecer no mercado.

De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2017) existem 5.073.324 estabelecimentos agropecuários, desses 3.897.404 (76%) dos estabelecimentos agropecuários são de agricultores familiares e não familiares correspondem a 1.175.916, (24%) dos estabelecimentos. Porém comparado com o Censo Agropecuário do IBGE (2007) os estabelecimentos familiares atuais tiveram uma queda, na qual em 2006 existiam um total de 5.175.489 estabelecimentos e 4.367.902, (84%) eram de estabelecimentos



considerados familiares e de 807.587, (16%) de estabelecimentos não familiares. Os estabelecimentos familiares tiveram uma queda de 8%, porém houve um aumento das propriedades não familiares, mostrando que o êxodo-rural é constante, principalmente pelas faltas de políticas públicas que valorizem e que contribua para permanência dos produtores no campo, aliado ao apoio estatal ao agronegócio e as grandes propriedades.

Os jovens rurais são os que mais migram para os espaços urbanos a procura de oportunidades, sendo os responsáveis pelo despovoamento no ambiente rural. A migração dos jovens ocorrem por diversos fatores, que ocorrem de acordo com espaço onde estão inseridos e suas perspectivas. O ambiente urbano é visto como uma oportunidade de vida melhor, visto que as relações sociais desses jovens foram alteradas com as transformações no campo, com isso seus interesses também. Migrar para o espaço urbano torna-se em sua maioria em relação ao insucesso na propriedade rural, seja por diversos fatores que interferem, entre eles a renda.

A não permanência dos jovens no ambiente rural tem comprometido na sucessão geracional e reprodução da agricultura familiar. A saída dos jovens do campo para cidade vem se tornando algo preocupante para a agricultura familiar, pois faz com que a sucessão geracional se torne mais difícil. As modificações que aconteceram durante os anos na agricultura, aumentaram a falta de oportunidades dos agricultores, dessa forma o campo transforma-se cada vez mais em espaço heterogêneo e desigual, afetando os agricultores, principalmente os jovens.

A sucessão geracional é entendida como uma criação de novos indivíduos que permanecem no campo, realizando as atividades agropecuárias. Possuindo o papel de garantir as funções produtivas e culturais da propriedade, junto as comunidades rurais que estão inseridos (MATTE; MACHADO, 2016). A construção desses sucessores ocorre na unidade familiar, são os filhos dos agricultores, os possíveis sucessores e a permanência



dos mesmos dependerá das condições do espaço onde se vive e as relações externas (SAVIAN, 2014). Assim a não permanência dos jovens no campo, os saberes culturais e as relações sociais serão modificadas e acabadas, as festividades no campo se alteraram com as transformações no campo, esse processo se torna contínuo de acordo com a não permanência no campo.

O processo de sucessão geracional no campo não ocorre apenas para o jovem continuar na propriedade, mas que o mesmo continue com a produção exercidas pelos pais, podendo alterar a forma de produção, incluindo outras atividades como forma de adquirir renda. Abramovay et al. (1998) abordam que a sucessão geracional no campo, não pode ser considerada como tema de administração empresarial, o que está em questão vai além do futuro desses estabelecimentos e sim o destino das regiões, que passam por processos de êxodo-rural.

O modo sucessório privilegia um sucessor, que é escolhido pelos pais de acordo com idade, gênero, os demais filhos são encaminhados a outras atividades, como as jovens mulheres que são influenciadas aos estudos. As relações de gênero no campo também são responsáveis pelo despovoamento da população jovem do campo, sobretudo as mulheres, que migram com maior frequência, pois as mesmas em sua maioria não são destinadas as sucessoras, a sucessão é escolhida para ser do filho homem que é inserido na produção familiar desde a infância. As filhas mulheres são direcionadas a realizarem as atividades reprodutivas, o cuidar da horta, dos irmãos, lavar, cozinhar e entre outras atividades reprodutivas, que não possuem valorização familiar, sobretudo por não possuir valorização capital, por não gerar renda. Esse processo leva as mulheres a abandarem o campo, por não possuírem perspectivas em permanecer, levando ao campo se tornar um espaço masculinizado e envelhecido.



Porém os filhos homens só se tornam sucessores com a ausência dos pais, principalmente em relação ao pai o chefe da família, onde o sistema patriarcal valoriza suas atividades, considerando as atividades que geram renda como suas responsabilidades, já a da esposa e demais do núcleo familiar suas atividades são desvalorizadas, mesmo que os mesmos realizem as atividades em conjunto ou até separadamente. O pai e chefe de família, é responsável pela propriedade e pela produção mesmo depois da aposentadoria, pois a aposentadoria não faz com que o mesmo deixe de trabalhar, torna-se apenas uma renda a mais que contribuíra para os gastos familiares e da produção. Assim o filho torna-se responsável pela propriedade apenas com a falta do pai, principalmente pela divisão agrária do país, onde o acesso à terra para os pequenos produtores ocorre por meio da herança.

Os processos sucessão anteriormente era realizado como apresentam Abramovay *et. al* (1998), com a escolha do filho mais novo, que possuía a tarefa de cuidar dos pais na velhice e da propriedade, os demais irmão adquiriam valores ou até mesmo parte da “terra” da propriedade, de acordo com o tamanho. Enquanto não era denominado o sucessor, a renda obtida na produção familiar, contribuía para a compra de novos lotes para os outros filhos, como forma de garantir renda para eles (MELLO *et. al*, 2003). Esse processo ocorria em proprietários que obtinham importantes rendas, pois em outros casos, a miséria e o pequeno tamanho da propriedade, dificultavam a sucessão e permanência dos filhos no campo.

A relação sucessão geracional e permanência dos filhos no campo, são compreendidas em dois momentos, o primeiro que ocorreu anterior à década de 1970, em que as possibilidades eram maiores e o segundo momento, que seria o atual, a sucessão das propriedades mudam, principalmente pela migração dos jovens, comprometendo as futuras sucessões (SPAVANELLO *et. al*, 2011). A relação de permanência dos filhos são alteradas, diante das modificações e modernizações ocorrentes no campo, como são



abordadas por Prediger (2009) como um dos fatores agregados as dificuldades de jovens rurais enfrentadas no campo:

Estas transformações incluem a modernização da agricultura, como consequência do advento do capitalismo e da industrialização do campo, que acarretou no surgimento de novas tecnologias. Isso fez com que pequenas propriedades rurais tivessem que se adaptar a tais mudanças para não ficarem estagnadas na produção agrícola. Essas transformações na sociedade agrária do século XX são percebidas até hoje, sendo que uma das maiores consequências é visível cada vez mais: a questão do jovem rural, o qual foi inserido nesse processo de mudança (PREDIGER, 2009, p.5).

A sucessão geracional é importante elemento para a reprodução social e a permanência dos jovens, que sofrem influências de acordo com os espaços que os mesmos estão inseridos, como aponta Savian (2014, p. 100):

Assim, a sucessão geracional é uma condição imprescindível para a ocorrência da reprodução social da agricultura familiar, para a manutenção da população e o desenvolvimento das áreas rurais. A sua ocorrência dependerá dos jovens rurais, que inseridos no espaço geográfico, estabelecem projetos para suas vidas, nos quais a permanência no campo, ou a, migração para a cidade será objeto de uma ou várias tomadas de decisão.

Assim os fatores presentes no espaço rural, afetará diretamente a tomada de decisão na permanência dos jovens agricultores. Os fatores não são únicos e ocorrem de forma isolada, mas estão ligados nas relações socioeconômicas da família e da unidade produtiva; tipo de trabalho; as oportunidades de trabalho nas atividades agrícolas e não-agrícolas no campo, na cidade local ou próxima; a educação; lazer; possibilidades de trabalhos renumerados; a percepção dos jovens em relação ao trabalho agrícola e se os mesmos pretendem ser sucessores; modo de vida no meio rural; acesso a políticas públicas e acesso a créditos (BRUMER; SPANEVELLO 2008, p. 13).

A permanência e continuidade das atividades agrícolas dos pais, ocorrem de acordo com situação de renda e oportunidades de trabalho, além dos demais fatores que influenciam o espaço onde os mesmos estão inseridos. A agricultura familiar no país ocorre



de diferentes formas e diferentes produções, com a juventude rural não ocorre diferente, pois são relações e fatores diferentes presentes em cada espaço rural.

A RENDA COMO ALTERNATIVA DE PERMANÊNCIA E SUCESSÃO GERACIONAL DOS JOVENS NO CAMPO

As transformações no campo com a inserção do capitalismo na agricultura brasileira, sobretudo com a modernização agrícola, pós-década de 1960, com a criação de planos e estratégias do Estado para a introdução da modernização no campo, criando novas funcionalidades para o campo, modificaram a forma de produzir e o que produzir.

As políticas e estratégias para a modernização e exportação de *commodities*, beneficiaram as multinacionais, que monopolizaram o território agrário, criando dinâmicas de produções nas regiões do país, com dinâmicas e estratégias que exploram os trabalhadores rurais, que se tornam reféns de produções e tabelas de preços estabelecidos internacionalmente. A inserção capitalista no campo, modifica a forma de renda dos produtores rurais, também criam novas necessidades e interesses, com introdução em novas relações de trabalho e modo de vida.

A modernização, cria-se então uma nova esfera para a permanência de jovens no campo, pois não basta apenas ter acesso à terra, mas que o mesmo tenha condições de produzir e se inserir na produção agrícola. O fator renda colabora para a permanência dos jovens no campo, onde se mesmos obtiverem condições de produzir e obter renda, torna-se viável sua permanência. Os incentivos econômicos e de renda são importantes para que ocorra a sucessão geracional, os que não conseguem renda suficiente para reprodução e manutenção familiar, migram para os municípios próximos (KIYOTA; PERONDI 2014).

Como forma de obter renda e permanecer no campo, esses agricultores tem a necessidade de se inserir no modo capitalista de produção, pois as dinâmicas e funções da terra foram alterados. Pela falta de políticas públicas e com alto custo da produção os



produtores de modo geral, possuem dificuldades de permanecer nos espaços rurais e no modo de produção. As atividades rurais possuem diversas dificuldades na produção e na comercialização, que influenciam diretamente na renda dos produtores (SAVIAN, 2014). Com a modernização agrícola presente no campo, os produtores foram os que mais sofreram com as consequências, com dificuldades acesso à tecnologia, insumos, que foram colocados como forma de produção. Além da comercialização, que os mesmos foram inseridos no mercado, tornando os produtores reféns das indústrias de insumos e maquinários, e das cooperativas que monopolizam o território, como forma de controle de mercado, beneficiando o mercado externo. Também tornam-se reféns das oscilações dos preços das bolsas de valores, as questões climáticas também interferem na produção, consequentemente na renda.

A falta de renda nos espaços rurais, tem feito com que os jovens não possuam perspectivas de continuarem nos espaços rurais. As atividades econômicas desenvolvidas por eles, são observadas como insuficientes. (SAVIAN, 2014). Os autores Silvestro *et. al* (2001) retratam em suas pesquisas, realizada no oeste de Santa Catarina, onde existem maiores rendimentos na produções dos pais, permanecer no campo e na produção se torna mais viável, enquanto os de menores rendimentos, dependeriam de providência políticas que assegurem créditos e acesso à terra.

Os trabalhos nos espaços urbanos normalmente garantem um salário fixo, direitos trabalhistas, férias, o que é visto com bons olhos pelos jovens rurais. Stürmer (2008), aponta em que as atividades agrícolas comparada a outras atividades, possui relação negativa, destacando os aspectos negativos como ausência de férias, de fins de semanas livres e horários de trabalhos regulares, além do trabalho pesado duro e difícil, com rendimentos baixos, além das poucas opções de lazer.



Stürmer (2008), também salienta que os jovens entrevistados em sua pesquisa em Barra Bonita (SC), permaneceriam no campo, se tivessem oportunidades de realizar atividades também não-agrícolas, por acreditarem que apenas a produção agrícola é inviável. As atividades não-agrícolas contribuem para a renda familiar e para os investimentos da agricultura, contribuindo para a permanência dos agricultores no campo, já que as atividades agrícolas em alguns casos, se tornam insuficientes para renda familiar.

Os jovens que conseguem renda no campo, são os mesmos a permanecerem nos espaços rurais. Portanto em algumas cooperativas e associações estão criando estratégias para a permanência dos jovens no campo, pois compreendem a importância dos mesmos para a produção agrícola, além do papel da cooperativa, a produção dos pais também influenciam como já mencionado, pois se houver renda que garanta uma vida digna, a permanência dos jovens se torna uma opção.

Lemos (2019), apresenta que a cooperativa Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM), tem criado mecanismos para a permanência dos jovens na produção cafeeira, sobretudo na produção orgânica. São criados cursos e discussões com os jovens na cooperativa, para incentivo da participação dos mesmos, o que é bem vista pelos pais dos jovens, que esperam que os filhos deem continuidade na produção cafeeira orgânica. Um fator que contribuiria para a permanência desses jovens é pela produção dos pais está possuindo bons resultados, principalmente pela valorização do preço final do café orgânico. A criação de produções familiares como a produção orgânica, produção de qualidade, agroturismo, entre outros, pode criar como alternativa de emprego e renda no campo (STÜRMER, 2008).

A produção orgânica além de possuir maior rendimento considerada a produção convencional cafeeira, ela é realizada em sua maior parte por agricultores familiares, contribuindo para a permanência dos produtores rurais, por se tratar de uma produção



com baixo custo, pela não necessidade da utilização de agrotóxicos e demais insumos químicos, porém é uma produção que requer mais trabalho, principalmente produção em menor escala.

Com a valorização da produção e auxílio da cooperativa local, a permanência dos cooperados da COOPFAM, torna-se mais viável, pois o fator de renda contribuiu para esse processo. Ou seja, a onde existe uma valorização e participação dos jovens, os mesmos possuem perspectivas de permanecer, principalmente quando os mesmos percebem que possuíram condições de renda e trabalho na produção rural. E as cooperativas possuem importante papel para a permanência dos jovens no campo.

Por fim, a renda é um dos importantes fatores de permanência dos jovens no campo, porém não é a única, todas as relações presentes dentro e fora da propriedade também são fatores que podem interferir nas escolhas de permanência e de sucessão dos jovens rurais. Sobretudo a juventude é múltipla, então suas escolhas podem ser diversas, de acordo com seus interesses, suas relações sociais e espaço onde estão inseridos.

O PAPEL ECONÔMICO DA CAFEICULTURA

O café desenvolveu importante papel econômico e social no país, durante anos foi o maior responsável pela produção de riquezas e permanência do homem no campo (FONTES, 2001). Mesmo com as transformações no campo e a soja passar a ser a maior *commoditie* do país, o café possui importante papel econômico para o país, sobretudo em determinadas regiões como Sul de Minas Gerais, que seus municípios se desenvolvem economicamente pela produção.

Os primeiros pés de café foram plantados no país no século XVI, porém somente no século XIX que o café passou a ser o principal produto de exportação, também responsável por impulsionar a industrialização brasileira, no século XX (VALE; CALDERARO; FAGUNDES, 2012, p.2).



A cafeicultura no Brasil, além de possuir importante papel econômico para o mercado interno e externo, também tem um importante papel para o desenvolvimento social por ser uma produção, em grande parte, de agricultores familiares, agregando assim um grande número de mão de obra (KALAKI; NOGUEIRA, 2015). Por ano são gerados 8,4 milhões de empregos, em todas as áreas de produção, em Minas Gerais, maior produtor de café do país são gerados 4 milhões de empregos (COOPERCAM, 2021).

O Brasil é o maior produtor e exportador e em segundo lugar no consumo do mundo, ocupando uma área de 2 milhões de hectares, com cerca de 300 mil produtores, sendo, em sua maioria, pequenos produtores, que estão espalhados em média por 1.900 municípios (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2017). No ano de 2020 o Brasil exportou 44,5 milhões de sacas de café (somando café verde, solúvel, torrado e moído), o que levou o país ao recorde de exportação com um aumento de 9,4% em relação a 2019. Proporcionaram US\$ 5,6 bilhões na receita cambial, com alta de (10,3%) em relação ao ano de 2019, com preço médio da saca de US\$ 126,52 (CECAFÉ, 2020).

O estado de Minas Gerais é o maior produtor de café do país, possui mais de um milhão de hectares plantados de café, tornando assim, 54% produção do país realizada no estado, com destaque a região do Sul de Minas com uma produção de 24% (IBGE, 2018). A produção cafeeira possui importante papel para a região do Sul de Minas, pois gera empregos, sustenta a economia de vários municípios, que possuem a produção como principal atividade, também colabora para a permanência dos produtores no campo.

O relevo montanhoso é uma importante característica, para a produção cafeeira na região, sul mineira, como apontados por Silveira e Marques (2008):

Convém precisar que a ocupação geográfica do café no Sul de Minas ocorre em áreas de montanha (bioma da Mata Atlântica), caracterizadas pelo cultivo em zonas com relevo acidentado, e em áreas mais planas (tipicamente de



cerrado ou transição). Essa distinção topográfica e de biomas delimita dois tipos de estrutura fundiária: as grandes empresas do agronegócio cafeeiro, que se encontram, em sua grande maioria, nas áreas com topografia a mais plana, e, conseqüentemente, mais mecanizáveis, e os estabelecimentos familiares, que predominam nas áreas de difícil mecanização, com tamanhos menores e maior relação de trabalho por unidade-área. (SILVEIRA, MARQUES, 2008, p.237).

O relevo e o clima contribuem também para a produção de cafés especiais, que possui um crescimento na região nos últimos anos, principalmente na produção orgânica, que torna uma importante opção de produção, contribuindo para a entrada dos produtores no mercado.

O café passou por diversas transformações desde sua implementação do país, mudando de região de plantio, formas de comercialização e alternativas de produções para atender os interesses dos mercados externos, que começaram exigir maior qualidade no café.

A produção cafeeira, produção de *commoditie*, intensificou na década de 1990 com as políticas neoliberais e com as influências do Estado na produção, diante disso o café se insere em determinados territórios com maior frequência, ocupando espaços de demais produções. Com as políticas que favoreceram o agronegócio, os produtores necessitaram se inserir na produção como forma de permanecer no campo. A *commoditie* cafeeira junto as multinacionais e cooperativas monopolizam o território e criam estratégias para inserir a produção.

A região do Sul de Minas se configurou para atender as dinâmicas mercadológicas do café e de outras produções agrícolas. A expansão agrícola configura e transforma os espaços rurais e as cidades, principalmente as cidades pequenas, que são configuradas para atender as novas dinâmicas rurais e assim modificando a economia local (CORRÊA, 2011). Na região do Sul de Minas possuem diversas cooperativas de café, entre elas está a maior cooperativa de café do mundo a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé



(COOXUPÉ) o que potencializa ainda mais a produção cafeeira, pois o espaço cria relações que monopolizam as relações econômicas e de produção.

Em Poço Fundo as dinâmicas para atender a produção cafeeira não foram diferentes, onde os produtores deixaram de produzir nas lavouras temporárias, para inserir na produção monocultora do café. Assim o café passa a ser a principal produção agrícola do município, deixando os produtores reféns das dinâmicas mercadológicas e das oscilações dos preços de acordo com as bolsas de valores. Porém surgem outras alternativas de produção e de mercado no município que contribuem para a renda e permanência dos produtores na produção, como a produção cafeeira orgânica.

CAFEICULTURA EM POÇO FUNDO-MG

O município de Poço Fundo tem como principal economia as atividades agropecuárias, sobretudo a produção do café que com passar dos anos, tornou-se a principal produção. A autora Lyra (2011) aponta a importância da agropecuária para o município:

A renda média familiar é de um salário mínimo, sendo a maioria da população empregada no setor agropecuário (café, leite, fumo-de-corda e hortaliças) e no setor de serviços, uma vez que o setor da indústria apresenta um índice bastante fraco de participação na economia do município: as indústrias existentes são de pequeno porte, todas estão localizadas na cidade, e dentre elas se destacam beneficiadoras de café, laticínios, indústrias de farinha de milho e de fubá, serrarias, carpintarias, fábricas de sofá, olarias, alambiques e beneficiadoras de fumo (p.140).

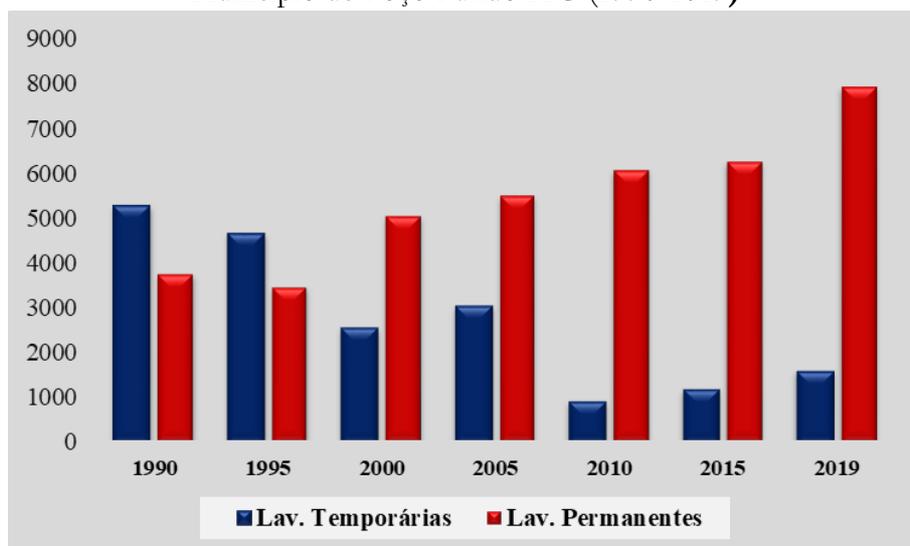
As atividades econômicas relacionadas ao meio rural são de 77% direcionadas a agricultura, 22% na pecuária e 1% de outras atividades, onde 93% dessas atividades são realizadas pelos agricultores familiares. Entre as atividades direcionadas a agricultura 94%



são de lavouras permanentes e apenas 6% são temporárias (IBGE, 2017). A área de produção das lavouras permanentes ocupam 83% da área, enquanto as lavouras temporárias ocupam apenas 17% da área produzida. Até o início do ano de 1995 (Gráfico 1) as lavouras temporárias eram superiores das lavouras permanentes, o que foi se configurando à partir da inserção do café.

No ano de 2019 foram produzidos 9.375 toneladas de grãos de café em 7.923 hectares, o que contribuiu para 82% no rendimento da economia das lavouras permanentes. Podemos observar (Gráfico 2) que a produção cafeeira obteve crescimento junto as lavouras permanentes, mostrando que a produção cafeeira foi a responsável pela configuração nas produções de lavouras temporárias para as lavouras permanentes, que modificaram suas produções para atender as dinâmicas do mercado, que foram inseridos.

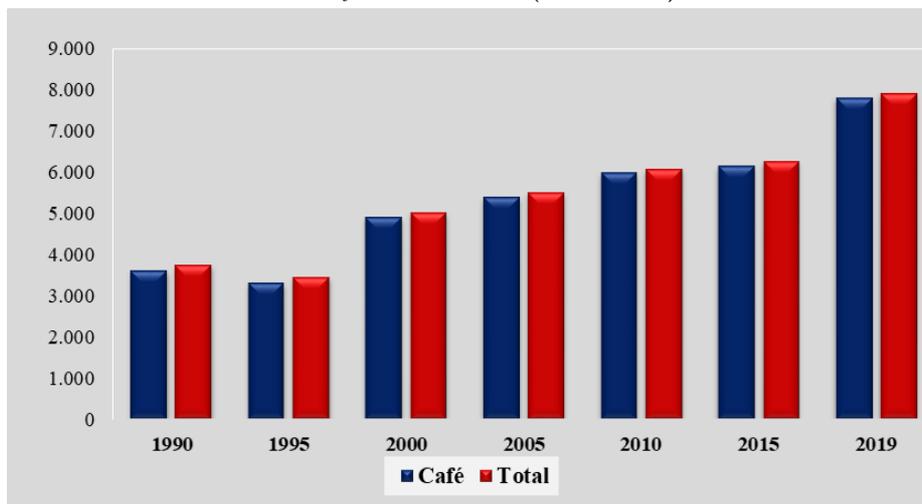
Gráfico 1 - Área Plantada de Lavouras Temporárias e Permanentes (hectares) no Município de Poço Fundo-MG (1990-2019)



Fonte: SIDRA IBGE – Produção Agrícola Municipal – 2019, Elaborado pelos autores.



Gráfico 2 – Crescimento Total e do Café das Lavouras Permanentes (Hectares) em Poço Fundo-MG (1990-2019)



Fonte: SIDRA IBGE – Produção Agrícola Municipal – 2019, Elaborado pelos autores.

Quando o café se insere no espaço agrário de Poço Fundo ele ocupa espaços de outros produtos, entre eles estão os produtos essenciais como arroz e feijão, entre outros. Inicialmente essa substituição contribui economicamente, principalmente pelo modo econômico de exportação brasileiro que atende o mecanismo de *commodities*, por outro lado a substituição desses produtos leva a falta deles.

A produção cafeeira do município é realizada pelos agricultores familiares em pequenas propriedades, o revelo possui importante relação para essa configuração no espaço agrário dos municípios do Sul de Minas, como aponta Silveira e Marques (2008) a ocupação geográfica do café na região ocorre em áreas de montanha, caracterizadas pelo cultivo em zonas com relevo acidentado, e em áreas mais planas e complementam:

Essa distinção topográfica e de biomas delimita dois tipos de estrutura fundiária: as grandes empresas do agronegócio cafeeiro, que se encontram, em sua grande maioria, nas áreas com topografia a mais plana, e, conseqüentemente, mais mecanizáveis, e os estabelecimentos familiares, que



predominam nas áreas de difícil mecanização, com tamanhos menores e maior relação de trabalho por unidade-área. (SILVEIRA, MARQUES, 2008, p.237).

A produção nas pequenas propriedades são responsáveis por uma maior mão de obra, pois a topografia impossibilita uma produção mecanizada. Dificultando o uso dos agricultores dos recursos, Teixeira (2000) relata que essas regiões montanhosas possuem dificuldade da substituição de trabalho por capital. Isso faz com que as produções ocorrem em menor escala e com uma demanda superior de trabalhadores do que lugares onde a mecanização se insere, porém vale lembrar que além do relevo, a mecanização não está presente também nessas propriedades, pelo alto preço das máquinas, dificultando o acesso dos proprietários de pequenas propriedades possuírem acesso. As áreas com relevo acidentado possibilitam a produção de cafés especiais, produção crescente na região. O capital cria novas formas de inserir nas produções, pois a produção de cafés especiais abre um importante nicho de mercado de exportação, pois os países importadores exigem cafés de maiores qualidades.

Entre os cafés especiais encontra-se os de produção orgânica, que tem crescendo no município, com produção reconhecida nacionalmente e internacionalmente, por ser o maior produtor de café orgânico do país. A produção cafeeira no município também é realizada pelos agricultores familiares, o que tem contribuído para a permanência dos mesmos no campo e a inserção no mercado. O que pode ser observado futuramente como opção viável a permanência dos jovens no campo e assim a sucessão geracional dos agricultores e continuidade na produção cafeeira orgânica.

O café orgânico é produzido sem a utilização de agrotóxicos, por produtos de reciclagem da matéria-orgânica vegetal e animal, como por exemplo dejetos de animais, biofertilizantes, polpa e casca de café e entre outras substâncias orgânicas. No Brasil, existem vários organismos que colaboram com os produtores para orientar sobre a produção e certificação dos produtos orgânicos, e que para ser considerado café orgânico



a lavoura deve estar sem a utilização de produtos e adubos químicos pelo menos durante três anos (OLIVEIRA et al, 2006). É a chamada fase de transição.

Com a inserção da produção orgânica e dos cafés sustentáveis, as propriedades tem deixado de utilizar agrotóxicos, para se inserirem nesse novo modo de produção. Esse fator também vem ocorrendo no município de Poço Fundo, porém ainda é pouco, comparado aos estabelecimentos que continuam utilizando agrotóxicos, na qual dos 1.972 estabelecimentos agropecuários, 659, (33% estabelecimentos) não utilizaram agrotóxicos, porém desses estabelecimentos que não utilizaram, 39 deles utilizam, porém naquele ano, não foi necessário utilizar (IBGE, 2017), os 620 restantes não utilizam mesmo. Porém em relação aos que utilizam agrotóxicos o número é quase o dobro, correspondendo 1.313 (67%) dos estabelecimentos.

A produção orgânica no país é realizada na maior parte por agricultores familiares, as cooperativas são importantes para uma maior facilidade de vendas dos produtos, pois as cooperativas já possuem contato com os compradores o que facilita na comercialização, afinal como já mencionado a produção acontece em menor escala e assim as vendas pela cooperativa se tornam algo mais viável (Oliveira et. al, 2006).

Para os produtores, entrar na produção orgânica, torna-se uma alternativa de mercado, principalmente pelo valor superior dos cafés orgânicos relacionados com os convencionais. A entrada dos produtores na cafeicultura orgânica, também ocorrem pela preocupação com as questões ambientais e a qualidade do produto, que será entregue ao consumidor, relacionada aos princípios éticos da produção orgânica (LOPES, et. al, 2012). Lemos (2019), apresenta em sua pesquisa, que seus entrevistados de Poço Fundo-MG, que adotam o sistema de produção orgânico, se preocupam com a qualidade do produto que será entregue.



As cooperativas possuem importante papel para inserção dos produtores no mercado, principalmente o internacional na qual onde os café são comercializados, principalmente os finos e orgânicos. A COOPFAM é uma das principais cooperativas de café orgânica do país, (Tabela 1) mostra que as produções orgânicas no município ocorrem pelos estabelecimentos de agricultores familiares e que as orientações técnicas para a produção ocorrem pelas cooperativas.

Diante disso a cooperativa local COOPFAM (Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região) tem realizado o papel de auxiliar os produtores no mercado internacional o que além de gerar valorização para os cooperados, tem levado a maior visibilidade para a cooperativa. A COOPFAM tem como forma de cooperativa o comércio justo – *fair trade*, que contribuiu para um desenvolvimento sustentável e garantir a vida digna aos produtores. Os produtores além de melhores condições comerciais, com melhores padrões de vida, porém é necessário que os produtores sigam normas relativas a produção e aos aspectos socioambientais (OLIVEIRA; ARAÚJO; SANTOS, 2007).

Tabela 1 – Estabelecimentos Agropecuários com Agricultura Orgânica ou Pecuária Orgânica de Poço Fundo - 2017

Origem de Orientação Técnica Recebida	Total		Agricultores Não Familiares		Agricultores Familiares	
	Total	Uso Orgânico	Total	Uso Orgânico	Total	Uso Orgânico
Total	546	18	77	-	469	18
Cooperativas	310	16	46	-	264	16

Fonte: SIDRA IBGE – Censo Agropecuário, Organização: Os autores.



No país muitas cooperativas possuem a certificação *fair trade*³, entre elas a COOPFAM. A cooperativa iniciou suas certificações, em 2002, quando passou a ser certificada pela certificadora Sapucaí para produtos orgânicos, obtendo certificado BCS, que é reconhecida internacionalmente e o certificado de Fair Trade Label Organization (FLO). (OLIVEIRA; ARAÚJO; SANTOS, 2006). Além da certificação Fair Trade, a cooperativa conta outras certificações a certificação orgânica que é a IBD que certifica a produção orgânica brasileira, é a única do país a maior da América Latina, e ela que possui o também certificado de Produto Orgânico Brasil que também possui selo de certificação na cooperativa. A certificação é uma importante valorização dos cooperados e da cooperativa.

Mesmo que a produção orgânica esteja inserida na ótica capitalista que beneficia o mercado externo e os principais países capitalistas, a produção tem se tornado importante para a permanência dos produtores no campo, principalmente que os mesmos possuem melhores condições de vida, pela a valorização comercial do produto.

Como já mencionado a renda é um dos fatores que contribuem para a permanência dos jovens no campo e na sucessão geracional dos mesmos, onde a renda se torna algo possível, principalmente para atender os interesses desses jovens rurais, os mesmos optam em permanecer no campo. Lemos (2019), apresenta em sua pesquisa que a produção orgânica no município está colhendo bons frutos, com valorização não apenas dos produtores, como da cooperativa local, além de garantir a permanência dos produtores no campo, com a criação de projetos que valorizem o trabalho dos produtores rurais. Pela cooperativa está inserida no mercado *fair trade*, que possuem como umas suas teorias a

³ O *fair trade* – comércio justo é uma certificação que procura valorizar a produção dos agricultores, como forma de contribuir para a produção e qualidade de vida dos produtores rurais. Os valores possuem maior valorização, como forma de proporcionar vida digna aos pequenos produtores. O mercado *fair trade* possuem produções orgânicas e sustentáveis.



valorização dos seus produtores, a cooperativa junto ao mercado cria estratégias para qualidade de vida e permanência dos mesmos.

Com as atividades mais valorizadas, a permanência para esses jovens torna-se uma das opções visto que a produção dos pais e participação nas cooperativas tem gerado bons frutos. Assim a cafeicultura orgânica torna-se um importante fator em relação a renda, que contribuíra para a permanência dos jovens agricultores no campo, pela valorização comercial da produção e também da saúde, por se tratar de uma produção agroecológica, sem utilização de agrotóxicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a saída dos jovens no campo, tem comprometido a sucessão geracional na agricultura familiar, pois os filhos dos proprietários são os possíveis sucessores e os que continuaram as atividades agrícolas. A não permanência dos jovens, além de dificultar na sucessão da propriedade, também interfere na dificuldade na continuidade da produção familiar, principalmente quando a produção realizada pelos pais não gera renda suficiente, o que não é vista como bons olhos para os jovens produtores.

A renda é um dos principais fatores, porém não único que interferem na permanência dos produtores rurais, especialmente os jovens. Portanto nos espaços onde os mesmos conseguem obter renda a permanência torna-se uma opção viável, afinal terá condições de permanecer no espaço rural, porém quando os pais e a propriedade tiver dificuldades de obter renda a opção mais viável torna-se migar para os espaços rurais.



A cafeicultura produzida pelos produtores familiares é uma importante produção que colabora para a permanência dos produtores no campo, principalmente por ser uma produção que emprega milhões de pessoas. No município de Poço Fundo-MG a cafeicultura também é importante economicamente, pois se inseriu no município ocupando espaço agrário. Além do crescimento da produção convencional, a produção orgânica vem crescendo no município, que possui sua produção como a maior produção orgânica do país.

A produção orgânica possui maior valorização comercial, do que a produção convencional, além de uma produção com custo mais baixo, pela não utilização de agrotóxicos. A produção tem auxiliado na permanência dos produtores rurais, principalmente pela valorização do trabalho dos agricultores, pela produção está inserida no mercado *fair trade*. Essa valorização comercial e de produção dos agricultores familiares, é vista para os produtores como positiva, o que contribuiria futuramente como possível permanência dos jovens agricultores no campo, visto que a produção dos pais e da cooperativa tem levado a bons resultados e conquistas para os produtores.

Assim a cooperativa vem buscando junto a produção orgânica criar estratégias que influenciam na permanência dos jovens no campo, por compreenderem a importância na continuidade da produção cafeeira que tem favorecida a cooperativa, que é reconhecida internacionalmente pelas suas produções orgânicas. Diante disso a produção orgânica cafeeira no município de Poço Fundo, torna-se uma opção de permanência dos jovens no campo e na sucessão geracional, pelo resultado positivo para os produtores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. et al. Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. 2001. <http://andorinha.epagri.sc.gov.br/consultawebsite/busca?b=ad&id=120617&biblioteca>



[=vazio&busca=autoria:%22ABRAMOVAY,%20R.%22&qFacets=autoria:%22ABRAMOVAY,%20R.%22&sort=&pagina=1&paginaAtual=1](#). Acesso em 05 de Agosto de 2021.

BOSCARDIN, M; CONTERATO, M. A. As mudanças nos padrões sucessórios e suas implicações no destino das propriedades entre agricultores familiares no norte do Rio Grande do Sul. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 25, n. 3, 2017. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA25-3_09_as_mudancas. Acesso em 05 de Fevereiro de 2021.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. (Org). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.35-51.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. Jovens agricultores da Região Sul do Brasil. Porto Alegre: UFRGS; Chapecó: FETRAF-Sul-CUT, 2008. Relatório de Pesquisa.

CECAFÉ – Conselho dos exportadores de café do Brasil. **Exportações de café do Brasil em 2020**. Disponível em: <https://www.cecafe.com.br/publicacoes/relatorio-de-exportacoes/>. Acesso em: 15 de Junho de 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP**. São Paulo, n.30, 2011. p.05-12. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74228>. Acesso em 12 de Dezembro de 2021.

FERREIRA, M. F. M. et al. Geomorfologia da Área de Proteção Ambiental do Rio Machado, Sul de Minas Gerais. **Caderno de Geografia**, v. 29, n. 1, p. 36-57, 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/p.2318-2962.2019v29nespp36>. Acesso 05 de Setembro de 2021.

FONTES, R. E. Estudo econômico da cafeicultura no Sul de Minas Gerais. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras - UFLA - como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração, Área de Concentração, Administração Da Empresa Rural, para obtenção do título de Mestre. Lavras, 2001. Disponível em: <http://sbicafe.ufv.br/handle/123456789/8365>. Acesso em 02 de Junho de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades: Minas Gerais Poço Fundo** 2010. Disponível:



<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/poco-fundo>. Acesso em: 20 de Novembro de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário** 2006. Disponível: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em: 20 de Novembro de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sidra**, 2018. Disponível: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>. Acesso em: 20 de Novembro de 2020.

KALAKI, R.B; NOGUEIRA, J. G. **Estrutura do setor de cafés no Brasil. Estratégias para a cafeicultura no Brasil**. Orgs: NOGUEIRA, J. G; NEVES, M.F. 2015, p.248. Disponível:

KIYOTA, N.; PERONDI, M. Â. Sucessão geracional na agricultura familiar: uma questão de renda? *In*: BUAINAIN, A. M., et al. (org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 1011-1045. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/994073>. Acesso em: 12 de Setembro de 2021.

LYRA, A.C. Da Fazenda à Cidade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. V. 13, n.1. 2013, p.137-150. Disponível: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:jXwNv4ZFyJIJ:rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/download/289/264+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso de 13 de Abril de 2021.

LEMOS, T. C. S. **O Papel Das Mulheres Na Agricultura Familiar Produtora De Café Orgânico no Município de Poço Fundo – MG**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciada em Geografia pelo Instituto de Ciências da Natureza da Universidade Federal de Alfenas- MG, 2019. Disponível: <https://www.unifal-mg.edu.br/geografia/sites/default/files/TCC%20FINAL%20THA%20C3%8DS%20LEMOS.pdf>. Aceso em 10 de Agosto de 2021.

MATTE, A; MACHADO, J. A. D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, v. 18, n. 37, p. 130-151, 2016. Disponível



em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/3981>. Acesso em 08 de Agosto de 2021.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA DA PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO. Pronaf. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-oprograma>. Acessado em: 15 Julho de 2021.

MELLO, M. A et al. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agric São Paulo**, v. 50, p. 11-24, 2003. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/asp-1-03-2r.htm>. Acesso 22 de Março de 2021.

OLIVEIRA, et, al. Caracterização e análise da cadeia produtiva de café orgânico do sul de Minas Gerais: subsídios para o aumento das exportações. **Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, Fortaleza, 2006. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/148655/>. Acesso em 15 de janeiro de 2021.

OLIVEIRA; R.F; ARAÚJO, U. P; SANTOS, A.C. Efeito do Fair Trade na Cooperativa de Agricultores Familiares de Café de Poço Fundo, MG. **Organizações Rurais & Agroindústrias**. Lavras, v.10, n.2, 2008, p.211-225. Disponível em: <http://tot.dti.ufv.br/handle/123456789/11092>. Acesso em 24 de Novembro de 2020.

SAVIAN, M. **Sucessão Geracional na Agricultura Familiar**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano. DE PONTE ALTA-SC. Florianópolis 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95353>. Acesso em 10 de Agosto de 2021.

SILVESTRO, M. L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri, 2001.

SILVEIRA, M. A.; MARQUES, P. E. M. Desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da cafeicultura familiar no Sul de Minas Gerais. In: CAZELLA A. A.; BONNAL P.; MALUF. R. S. (organizadores). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 229-250. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/383236/mod_resource/content/1/CAZELLA-BONNAL-MALUF-Agricultura-Familiar-Multifuncionalidade.pdf. Acesso em: Acesso em 10 de Abril de 2021.



SPANEVELLO, R. M. et al. A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, v. 45, n. 2, p. 291-304, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2011v45n2p291>. Acesso em 06 de Julho de 2021.

SPANEVELLO, R. M. et al. A problemática do envelhecimento no meio rural sob a ótica dos agricultores familiares sem sucessores. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 40, p. 348-372, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5903>. Acesso em 06 de Agosto de 2021.

STURMER, N. R. **O mundo rural em transformação: possibilidades e perspectivas para os filhos de agricultores familiares em Barra Bonita (SC)**. 2008. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Disponível: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/90937?show=full>. Acesso em 12 de Setembro de 2021.

TEIXEIRA, T. D. **Política estratégica para a cafeicultura brasileira**. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA DOS CAFÉS DO BRASIL, 1., 2000. Poços de Caldas. Anais...Brasília: Embrapa Café –MINASPLAN, 2000. p. 169-193. Disponível em: <http://tot.dti.ufv.br/handle/123456789/537>. Acesso em: 15 de Julho de 2021.

VALE, A. R; CALDERARO, R. A. P.; FAGUNDES, F. N. A cafeicultura em Minas Gerais: estudo comparativo entre as regiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste. **Campo-território**. Edição especial do XXI ENGA-2012, jun./2014. p. 1-23. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/26933>. Acesso em: 02 de Março de 2021.